5 erros que enfraquecem a resiliência cibernética (e onde o seguro pode ajudar)

- Empresas que enxergam resiliência cibernética como checklist técnico, e não como gestão de risco de negócio, acabam repetindo sempre os mesmos erros - e aí nem o melhor seguro dá conta do prejuízo.
- O caminho é combinar boas práticas (pessoas, processos e tecnologia) com uma apólice bem estruturada, que entra como **camada financeira complementar**, nunca como substituta da prevenção.

1. Confundir “ter backup” com ser resiliente

Muita empresa se sente segura porque “faz backup”, mas mantém uma única cópia, no mesmo ambiente, sem testar a restauração e sem proteção adequada contra ransomware. Quando vem um ataque mais sério, descobre que a cópia está criptografada, corrompida ou tão desatualizada que não serve para retomar a operação com velocidade aceitável.

O que fazer melhor

Empresas mais maduras definem claramente quanto tempo podem ficar fora do ar e quanto dado podem perder, e alinham os backups a esses limites (RTO e RPO). Usam estratégias como a regra 3-2-1 (múltiplas cópias, mídias diferentes, uma delas offline ou em nuvem separada) e testam regularmente a recuperação em simulações de desastre. O seguro cibernético entra quando, apesar de todo o cuidado, ainda há custos elevados de resposta, investigação, comunicação e paralisação - mas ele não “ressuscita” dados que nunca foram devidamente copiados.

2. Tratar incidente cibernético como algo “à parte” da continuidade de negócios

Outro erro comum é ter um plano de continuidade focado em incêndio, enchente, falta de energia - mas que quase não contempla cenários de ataque digital, como sequestro de dados ou indisponibilidade prolongada de sistemas. O resultado é uma empresa com dois mundos desconectados: o da TI e o da gestão de crise, que só se encontram na pior hora possível.

O que fazer melhor

Organizações que respondem melhor a ataques integram o risco cibernético à agenda de continuidade: definem previamente quem decide o quê, quais áreas são acionadas, em quanto tempo e por quais canais. Simulam, na prática, situações como queda de sistemas críticos, falha de atendimento a clientes e pressão de reguladores, envolvendo liderança, jurídico, comunicação e tecnologia. Muitas apólices de cyber oferecem equipes especializadas de resposta, forense, jurídico e relações públicas - mas esse apoio só rende se a empresa já tiver um plano mínimo para acionar rapidamente esses recursos e encaixá-los na sua governança de crise.

3. Ter governança de segurança “no papel”, sem métrica nem prioridade

Pesquisas indicam que a maioria das organizações declara possuir programas de resiliência cibernética, mas poucas medem de forma consistente sua capacidade real de resistir, responder e se recuperar. Falta visibilidade para o conselho sobre indicadores básicos, como tempo para detectar e conter incidentes, frequência de testes, eficácia de treinamentos e aderência a políticas.

O que fazer melhor

Empresas mais avançadas tratam resiliência cibernética como qualquer outro risco estratégico: com métricas, metas e acompanhamento pela alta liderança. Elas usam frameworks de gestão de risco cibernético (como guias de órgãos técnicos) para priorizar investimentos, em vez de só “acumular ferramentas”. Nesse contexto, o seguro cibernético vira parte de uma conversa estruturada com o conselho: ajuda a traduzir risco em impacto financeiro esperado e a disciplinar práticas mínimas, mas não resolve a falta de governança interna.

4. Tratar treinamento como campanha pontual de conscientização

Não é segredo que o elo humano ainda origina a maior parte dos incidentes - via phishing, senhas fracas, uso indevido de dispositivos, entre outros. Mesmo assim, muitas empresas limitam o tema a um curso obrigatório anual, feito para “cumprir tabela”, sem simulações reais nem adaptação de linguagem ao dia a dia das equipes.

O que fazer melhor
Empresas resilientes transformam treinamento em rotina: fazem campanhas contínuas, simulados de phishing, mensagens curtas sobre golpes em alta e compartilham lições aprendidas com incidentes reais, sem culpabilizar indivíduos. Elas medem o efeito disso (taxa de cliques em simulações, evolução ao longo do tempo, engajamento por área) e ajustam conteúdo de acordo com o perfil dos públicos internos. Em paralelo, uma apólice de cyber bem desenhada ajuda a custear resposta, notificação a titulares de dados e medidas de mitigação pós-incidente, mas não impede o clique equivocado se a cultura seguir frágil.

5. Apostar no seguro como “plano B” e relaxar na gestão de risco

Talvez o erro mais perigoso seja enxergar o seguro cibernético como substituto de controles técnicos e de processos, quase como um “vale tudo” financeiro após o incidente. O movimento de mercado vai na direção oposta: seguradoras têm endurecido requisitos, restringido coberturas e exigido evidências concretas de maturidade para aceitar riscos mais complexos.

O que fazer melhor
O seguro precisa ser encarado como parte de uma estratégia mais ampla de gestão de risco: vem depois de identificar ativos críticos, corrigir vulnerabilidades, estruturar governança e fortalecer pessoas e processos. Ele protege o caixa, viabiliza acesso rápido a especialistas e reduz o impacto financeiro de eventos graves, mas não garante conformidade regulatória nem reputação intacta se a empresa negligenciar o básico. Em vez de perguntar “tenho seguro, então estou tranquilo?”, a pergunta madura passa a ser: “o que o fato de eu ser (ou não) segurável está dizendo sobre a minha gestão de risco?”.

Enchentes assumem protagonismo entre as preocupações ambientais nas cidades brasileiras

As enchentes deixaram de ser um problema sazonal para se consolidar como a principal preocupação ambiental nas grandes cidades brasileiras. É o que revela a nova edição da pesquisa “Viver nas Cidades: Meio Ambiente e Mudanças Climáticas”, realizada pelo Instituto Cidades Sustentáveis em parceria com a Ipsos-Ipec, que ouviu 3.500 pessoas em dez capitais do país.

O dado marca uma virada relevante na percepção urbana: pela primeira vez, alagamentos e inundações superam a tradicional preocupação com a poluição do ar, uma pauta historicamente dominante nos grandes centros.

O levantamento aponta que enchentes lideram o ranking de problemas ambientais em cidades como Porto Alegre (64%), Goiânia (50%), Belo Horizonte (49%), Recife (41%) e Rio de Janeiro (40%).

Esse avanço reflete não apenas eventos climáticos mais intensos, mas também falhas estruturais antigas — como drenagem insuficiente, ocupação irregular e falta de planejamento urbano resiliente.

A exceção é São Paulo, onde a poluição do ar ainda ocupa o primeiro lugar (51%), evidenciando como os desafios ambientais variam conforme o perfil urbano e econômico de cada metrópole.

Mudanças climáticas já pesam no bolso e na rotina

Além de identificar os principais problemas, a pesquisa revela como as mudanças climáticas estão sendo sentidas no cotidiano da população.

O impacto mais citado foi o calor excessivo (33%), seguido pela poluição do ar (22%). Já fatores econômicos começam a ganhar destaque: o aumento do preço dos alimentos aparece com 15%, enquanto as enchentes atingem 11% das respostas.

Esse cenário mostra uma mudança importante: o clima deixou de ser apenas uma pauta ambiental para se tornar também uma questão econômica e social, afetando desde a saúde até o custo de vida.

Desigualdade também molda a percepção ambiental

Os dados evidenciam diferenças importantes entre classes sociais e níveis de escolaridade.

- Pessoas com maior instrução e renda tendem a apontar mais as enchentes e a poluição como problemas prioritários
- Já grupos de menor renda registram uma percepção diferente, com menor destaque relativo para esses temas .
- Isso sugere uma desigualdade na forma como os impactos ambientais são percebidos — e potencialmente enfrentados.

Prefeituras no centro da solução

Se o problema é urbano, a solução também passa pelas cidades. Para 84% dos entrevistados, os governos municipais têm papel fundamental no combate às mudanças climáticas.

Entre as ações mais citadas pela população estão:

- Controle do desmatamento e da ocupação de áreas de manancial (57%)
- Ampliação de áreas verdes (50%)
- Redução do uso de combustíveis fósseis (49%)
- Melhoria na gestão de resíduos sólidos (48%) [Enchentes...stentáveis]

O recado é claro: não existe solução única. A agenda climática urbana exige integração entre planejamento, infraestrutura e políticas públicas.

Antes de um ranking de problemas, a pesquisa revela uma transformação profunda na percepção urbana. Ou seja, as enchentes simbolizam o ponto de encontro entre crise climática e fragilidade estrutural das cidades brasileiras. Quando passam a liderar as preocupações da população, indicam que eventos extremos deixaram de ser exceção e se tornaram parte do cotidiano.

Para gestores públicos e setor privado, o recado é direto: investir em resiliência urbana não é mais uma agenda de longo prazo, mas uma necessidade imediata.

Conversa Segura T4#23 | Mobilidade sustentável: eletrificação ou biocombustíveis?



A mobilidade sustentável será elétrica, movida a biocombustíveis ou uma combinação de diferentes tecnologias? E qual o papel da inovação, da indústria automotiva, do seguro e das políticas públicas nessa transformação?

Neste episódio do Conversa Segura, do canal SeguroPod, a jornalista Leila Sterenberg recebe Igor Calvet, presidente da ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), e Gilberto Martins, diretor de Assuntos Regulatórios da entidade, para uma análise aprofundada sobre os desafios e oportunidades da transição para uma mobilidade de baixa emissão de carbono no Brasil.

A conversa aborda por que o país pode se tornar uma referência global em descarbonização do transporte ao combinar eletrificação, biocombustíveis, veículos híbridos flex, biometano e uma matriz energética predominantemente renovável.

Entre os temas discutidos estão:

- O futuro da mobilidade brasileira e o debate entre eletrificação e modelo multicombustível.
- O potencial dos biocombustíveis, do etanol e do biometano na redução das emissões do transporte.
- As projeções para a eletrificação da frota brasileira até 2040.
- O uso de inteligência artificial, sensores veiculares e conectividade para monitoramento de emissões, eficiência energética e segurança.
- O Programa MOVER (Mobilidade Verde e Inovação) e seus impactos sobre investimentos, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e sustentabilidade.
- Os desafios regulatórios para a implementação das metas de eficiência energética, segurança veicular e economia circular.
- Reciclagem automotiva, reutilização de peças, veículos salvados e novas oportunidades para a economia circular.
- O conceito de análise do ciclo de vida dos veículos e sua importância para a redução da pegada de carbono.
- A renovação da frota brasileira como instrumento de descarbonização, segurança viária e saúde pública.
- O papel dos caminhões, ônibus, veículos comerciais e transporte de cargas na agenda climática.
- As oportunidades de cooperação entre o setor automotivo e o mercado segurador para fortalecer a gestão de riscos e impulsionar a mobilidade sustentável.

Ao longo do episódio, os convidados mostram como a transição energética no transporte exige uma

combinação de inovação tecnológica, previsibilidade regulatória, investimentos de longo prazo e integração entre diferentes setores da economia.

A discussão também oferece uma perspectiva estratégica sobre o posicionamento do Brasil no cenário internacional, especialmente diante da COP30, destacando vantagens competitivas construídas ao longo de cinco décadas de experiência com biocombustíveis e uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo.

Mais do que uma conversa sobre veículos, este episódio analisa como mobilidade, sustentabilidade, indústria, tecnologia e gestão de riscos estão se tornando elementos centrais da agenda de desenvolvimento econômico e climático do país.

?? Assista, acompanhe e compartilhe:

Youtube - Spotify

Fonte: CNseg, em 09.06.2026